

21/12/2018

Leis Penais Especiais Objetivo

Professor: Leonardo Galardo

Lei nº. 9.099/1995 – Composição Civil – Parte III

Resumo

Art. 74. A composição dos danos civis será reduzida a escrito e, homologada pelo Juiz mediante sentença irrecorrível, terá eficácia de título a ser executado no juízo civil competente.

Parágrafo único. Tratando-se de ação penal de iniciativa privada ou de ação penal pública condicionada à representação, o acordo homologado acarreta a renúncia ao direito de queixa ou representação.

Ação penal de iniciativa pública

- Quem vai oferecer a PI é um órgão do estado chamado **MP**.
- A essa PI chamamos de **denúncia**.
- Essa ação pode ser **incondicionada** ou **condicionada**.

Quando digo que pode ser condicionada, digo condicionada a **representação** ou a requisição. Na incondicionada quem oferece denúncia é o MP (sem depender de qualquer condição). Na condicionada a representação, o MP oferece denúncia (somente depois de receber a representação da vítima ou representante legal). Na requisição a mesma coisa, o MP oferece denúncia (somente depois de receber a requisição do Ministro da Justiça).

Ação penal de iniciativa privada

- Quem vai oferecer a PI é a própria vítima - querelante. A essa PI chamamos de queixa crime.

Para fazer uma composição civil eu preciso que a vítima, de alguma forma participe, interfira, manifeste a sua vontade. Dito isso, pelo que vimos, em qual tipo de ação penal a vítima poderá participar? Na ação penal de iniciativa pública condicionada a representação, pela qual ela autoriza o MP a processar e na ação penal de iniciativa privada. Nesses dois casos pode haver acordo e a vítima não poderá promover ação depois – haverá renúncia ao direito de representação ou queixa.

Exercícios

1. De acordo com o artigo 74, parágrafo único da lei nº. 9.099/95, no tocante a composição civil dos danos, marque a alternativa correta:

- a) qualquer dos casos de ação penal de iniciativa pública ensejam renúncia ao direito de ação.
- b) apenas nos casos de ação penal de iniciativa pública condicionada a representação e nos casos de ação penal de iniciativa privada que se renúncia ao direito de ação.

- c) apenas nos casos de ação penal de iniciativa pública condicionada a representação que se renuncia ao direito de ação.
- d) apenas nos casos de ação penal de iniciativa privada que se renuncia ao direito de ação.

Gabarito

1. Letra B